

**INSTITUTO
FEDERAL**
Pará

Campus
Abaetetuba

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**



Ana Paula Palheta Santana
Reitora

Lívia Tamires Oliveira Conor Salles
Chefe de Gabinete

Danilson Lobato da Costa
Pró-reitor de Administração

Arthur Boscariol da Silva
Pró-Reitor de Ensino

Keila Renata Mourão Valente
Pró-Reitora de Extensão

Saulo Rafael Silva e Silva
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Aldenor de Souza Bohadana Filho
Adriano Yarede de Oliveira
Procurador Federal IFPA

Gracielly Costa Fontes Cardoso
Diretora de Tecnologia da Informação

Diselma Marinho Brito
Diretora Geral

Edinaldo Fonseca Correa
Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós Graduação e Inovação

Zacarias Lobato Gonçalves
Diretor de Administração e Planejamento

Fábio Henrique Marinho Cabral
**Coordenador do Curso Técnico em Segurança do Trabalho
Subsequente ao Ensino Médio**

Benedita Josiana de Souza Rodrigues
Assessoria Pedagógica



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME DA INSTITUIÇÃO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba
CNPJ	10.763.998/009-97 Filial
ESFERA ADMINISTRATIVA	Federal
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Rio de Janeiro nº 3322. Abaetetuba. Pará.
TELEFONE	(91) 3751-6265
SITE DO CAMPUS	http://abaetetuba.ifpa.edu.br
E-MAIL	seguranca.abaetetuba@ifpa.edu.br
EIXO TECNOLÓGICO	Segurança
HABILITAÇÃO	Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio
CARGA HORÁRIA	1208 horas
REITORA	Ana Paula Palheta Santana
PRÓ-REITOR DE ENSINO	Arthur Boscarol da Silva
PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	Saulo Rafael Silva e Silva
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO	Keila Renata Mourão Valente
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO	Danilson Lobato da Costa
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Tiago Oliveira Vieira
DIRETOR GERAL DO CAMPUS	Diselma Marinho Brito
EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPC (NDE DO CURSO)	Fábio Henrique Marinho Cabral Fernando Antônio de Souza Ribeiro Benedita Josiana de Souza Rodrigues Luís Ricardo Ravagnani Kazuo de Almeida Kamizono Sueli de Lima Pereira Cleber Monteiro Cruz Regiana Barbosa Carvalho



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	1
2. JUSTIFICATIVA.....	2
GESTÃO DO CURSO	7
3. OBJETIVOS	8
3.1 OBJETIVO GERAL.....	8
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4. REGIME LETIVO.....	8
5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	9
6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	10
7. ESTRUTURA CURRICULAR.....	10
7.1 TABELA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE PPC ANTERIOR E PPC ATUAL	13
8. EMENTAS	15
8.1 PRIMEIRO SEMESTRE	15
8.2 SEGUNDO SEMESTRE.....	22
8.3 TERCEIRO SEMESTRE	29
9. PRÁTICA PROFISSIONAL	36
10. PROJETO INTEGRADOR.....	37
11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	38
12. ATIVIDADES DE TUTORIA	39
13. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO - APRENDIZAGEM.....	39
14. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	40
14.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	43
15. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	44
16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	48
17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	50
18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	51
19. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO	51
20. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS.....	54
21. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM PESQUISA E A EXTENSÃO	56
22. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	57
23. DIPLOMAÇÃO	61
24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
25. LISTA DE FIGURAS	64
26. LISTA DE QUADROS	64



1. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se na atualização da Proposta Pedagógica do curso técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, pertencente ao Eixo Tecnológico “Segurança” do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Está fundamentado no Decreto nº 5154/2004 – Regulamenta o parágrafo 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 41 da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências; Orientações do Documento Base: Estratégias para Fortalecimento da educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no contexto da Lei 13.415/2017 e as Diretrizes para Reorganização dos cursos Técnicos na Forma Integrada do IFPA; e na Normativa de Projeto Pedagógico de Curso do IFPA – Resolução CONSUP nº 912/2022, de 20/12/2022.

A organização do currículo do curso técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, do IFPA - Campus de Abaetetuba está fundamentado no preceito da formação do cidadão e na integração ao mundo do trabalho, através de ações pedagógicas significativas que permite o aprendizado permanente visando o atendimento aos princípios da execução, laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização na organização curricular, considerando as tendências do mercado de trabalho.

Portanto, esta proposta pedagógica visa estabelecer inter-relações entre teoria e prática, ciência, trabalho, tecnologia, cultura e cidadania. Com isso tem-se o objetivo que o educando seja capaz de atuar no mundo do trabalho de forma ética e responsável, contribuindo para a sustentabilidade dos ambientes laborais e na transformação social.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao ensino médio, forma profissionais que possuem uma área de atuação bastante ampla. Ele atua em todas as esferas da sociedade onde insere-se a dimensão do trabalho. Esses trabalhadores em geral atuam em organizações públicas e privadas, dos mais diversos tipos e dimensões como, por exemplo, na indústria da construção civil, hospitais, empresas comerciais e industriais, grandes empresas privadas e estatais, mineradoras e de extração. Também pode atuar na área rural em atividades agroindustriais de macro ou micro empreendimentos.

Dentre as atividades deste profissional, ele inspeciona locais, instalações e equipamentos da empresa, observando as condições de trabalho, para determinar



fatores e riscos de acidentes; estabelece normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações e verificando sua observância, para prevenir acidentes; inspeciona os postos de combate a incêndios, examinando as mangueiras, hidrantes, extintores e equipamentos de proteção contra incêndios, para certificar-se de suas perfeitas condições de funcionamento; comunica os resultados de suas inspeções, elaborando relatórios, para propor a reparação ou renovação do equipamento de extinção de incêndios e outras medidas de segurança; investiga acidentes ocorridos, examinando as condições da ocorrência, para identificar suas causas e propor as providências cabíveis; mantém contatos com os serviços médico e social da empresa ou de outra instituição, utilizando os meios de comunicação oficiais, para facilitar o atendimento necessário aos acidentados; registra irregularidades ocorridas, anotando-as em formulários próprios e elaborando estatísticas de acidentes, para obter subsídios destinados à melhoria das medidas de segurança; instrui os funcionários da empresa sobre normas de segurança, combate a incêndios e demais medidas de prevenção de acidentes, ministrando palestras e treinamento, para que possam agir acertadamente em casos de emergência; coordena a publicação de matéria sobre segurança no trabalho, preparando instruções e orientando a confecção de cartazes e avisos, para divulgar e desenvolver hábitos de prevenção de acidentes; participa de reuniões sobre segurança no trabalho, fornecendo dados relativos ao assunto, apresentando sugestões e analisando a viabilidade de medidas de segurança propostas, para aperfeiçoar o sistema existente.

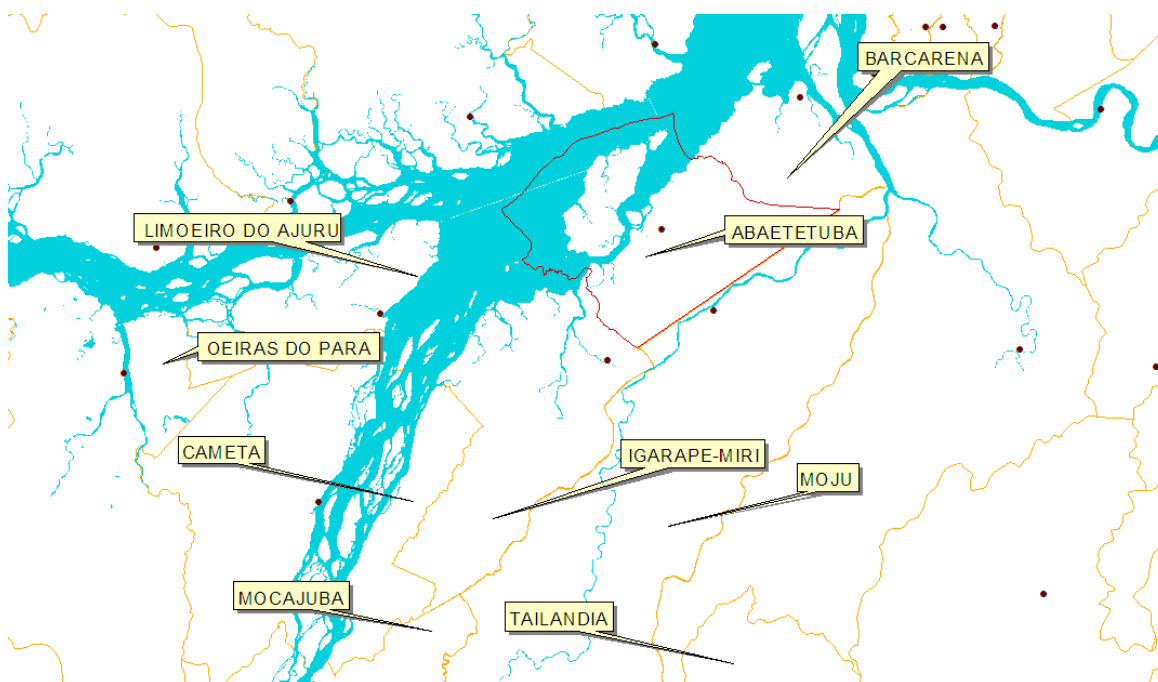
De modo geral a função de um Técnico em Segurança no Trabalho precisa ser adequada a um contexto de Gestão em Higiene e Segurança no Trabalho, sempre buscando adaptar o ambiente de trabalho ao trabalhador. Para isso, devem ser desenvolvidas ações administrativas, técnicas e coletivas.

2. JUSTIFICATIVA

O Campus de Abaetetuba, ao qual está vinculado o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, está sediado no município de Abaetetuba, o qual possui uma população 141.100 habitantes (2010) sendo 82.996 localizada na área urbana e 58.104 na área rural, distribuída em uma área de 1.610,603 km² (IBGE, 2010). Para o ano de 2022 a população é estimada em 160.439 habitantes.

Abaetetuba pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá, a qual é formada ainda pelos municípios de Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, sendo cortada pelo Rio Tocantins e com acentuada influência de Belém em virtude da proximidade com a cidade (Figura 01).

Figura 1 - Localização de Abaetetuba no contexto dos municípios que compõem a microrregião de Cametá.



Fonte: IFPA/Campus Abaetetuba, 2016.

O povoamento do município ocorreu às margens do Rio, o que construiu uma rica identidade cultural com o mesmo, seja como provedor de fonte de renda ou modal de transporte, visto que a tradição dos povos ribeirinhos tem a embarcação fluvial como o principal meio de transporte e a pesca como atividade econômica e de sobrevivência. Além disso, as extensas áreas de várzea são propícias à exploração dos açais nativos na região, portanto, a ocupação predominante de seus moradores envolve as atividades extrativistas e a agricultura (fruticultura, além da lavoura de subsistência do milho, da mandioca e do arroz). No extrativismo, cabe-se relacionar a pesca, a caça de animais silvestres e a extração de resinas, essências e congêneres de natureza vegetal e principalmente a extração do açaí.



A economia da Região está concentrada no município de Barcarena que contribuiu com 67,2% na composição do produto da Região. Outros municípios se destacam na formação do produto como Abaetetuba (7,1%), Tailândia (5,7%) e Cametá (5,1%). Nos demais municípios as participações somam 14,9% - Moju (3,9%), Acará (3,4%), Igarapé-Miri (2,4%), Baião (1,7%), Oeiras do Pará (1,3%), Limoeiro do Ajuru (1,1%) e Mocajuba (1,1%).

No setor industrial as principais indústrias ligadas a área de mineração são: Alumínio Brasileiro S.A – ALBRAS, Alumina do Norte do Brasil S.A – ALUNORTE; Mineração Rio do Norte; Pará Pigmentos S/A – PPSA, Imerys Rio Capim Caulim – IRCC, Companhia de Alumina do Pará – CAP e ALUBAR.

No setor econômico de serviços as atividades predominantes no setor foram administração pública 41%, transporte 18%, aluguel 12% e comércio 10%, sendo que os principais segmentos comercializados foram combustíveis, carnes bovinas, móveis e bebidas (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2011).

Em função da posição estratégica do município de Abaetetuba, em relação aos demais municípios da região de integração do Tocantins, que agrega rica diversidade sociocultural e ambiental, o IFPA – Campus Abaetetuba, como centro de formação tecnológica e visualizando a importância de formação profissional que possa atender as demandas diferenciadas no mundo do trabalho, apresenta o projeto pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, o qual tem por objetivo formar profissionais capacitados para atuar em atividades desde gestão, conservação, análise, planejamento, elaboração, execução de projetos e serviços na área de Segurança do Trabalho de forma integrada.

A saúde tem seu significado estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”. Esta definição é muito importante porque incorpora a ideia de saúde ao componente ambiental, na medida em que, de acordo com a noção de saúde a que ela se refere, não está incluída apenas a doença, mas também nos fatores externos em que acarretam o seu aparecimento.

A Saúde e a Segurança do Trabalho caracterizam-se pela adoção de estratégias que levam os trabalhadores ao desenvolvimento de atitudes conscientes para o trabalho seguro durante a realização de suas atribuições. Visa, ainda, implantar preceitos e



valores de segurança, no esforço de integrá-los à qualidade do trabalho e do meio ambiente, à produção e ao controle de custos da organização.

O tema Higiene e Segurança do Trabalho vêm sendo discutido e aprimorado constantemente por parte do empresariado, bem como pelo poder público. Legislações são criadas e revisadas aos mais diversos seguimentos laborais, com o objetivo de evitar e controlar as perdas no ambiente de trabalho, tanto relacionado a perdas humanas como materiais.

A Segurança do Trabalho é um dos setores do mercado produtivo que se faz presente em todos os locais; portanto, de grande abrangência e diversificação em suas atividades, e apresentando um grande crescimento, pois a formação de pessoal especializado será capaz de atender as necessidades e as exigências do mercado de trabalho nesta área, salvaguardando a integridade física e mental do trabalhador, protegendo-o contra acidentes e doenças profissionais.

O Brasil, lamentavelmente, ainda é destaque em número de acidentes de trabalho e de incidência de doenças ocupacionais, estando sistematicamente entre os países que mais registram acidentes de trabalho do mundo. Essa posição deveria ser ainda pior, se todos os acidentes ocorridos fossem registrados e se o universo de trabalhadores abrangidos pelas estatísticas não estivesse aquém da força real de trabalho existente no país.

Para termos uma noção da importância do tema saúde e segurança ocupacional basta observar que no Brasil, a concessão de Benefícios Previdenciário de Auxílio-Doença por acidente do trabalho foi de 153,3 mil e as concessões de benefícios previdenciários por aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho foi de 4,1 mil (INSS/BENEFÍCIOS, 2021). O tema prevenção e proteção contra os riscos derivados dos ambientes do trabalho e aspectos relacionados à saúde do trabalhador felizmente ganha a cada dia maior visibilidade no cenário mundial e nacional.

Segundo dados estatísticos de 1999 a 2010 elaborado pelo Instituto de desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará através do Governo do Estado do Pará com fonte fornecida pelo Ministério de Trabalho e Emprego, que diz respeito aos empregos das Mesorregião do Nordeste do Pará onde se encontra a cidade Abaetetuba entre outras cidades vizinhas, assim como a cidade de Barcarena que faz parte da Mesorregião Metropolitana de Belém, tem mostrado um crescimento de emprego nos últimos dez anos nos mais diversos setores de atividades, como por exemplo na



Indústria da transformação, na Construção civil, Comércio, na prestação de Serviços e Agropecuária (IDESP, 2016).

Deve-se também destacar que o curso em Técnico em Segurança no Trabalho busca atender a sociedade local através de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL's) que incluem atividades extrativistas, artesanais, agricultura familiar, etc. Todas oriundas das áreas urbanas, ribeirinhas, de estradas, rurais, etc., que também apresentam riscos laborais e demandas específicas em suas atividades produtivas.

Diante deste cenário, a atuação do profissional Técnico em Segurança do Trabalho torna-se cada vez mais necessária uma vez que o aumento de emprego necessita consequentemente deste profissional da área saúde e segurança ocupacional. A necessidade cada vez maior da formação de profissionais em nível técnico, possibilitando o exercício de suas atividades, de acordo com as normas legais, para responder às exigências decorrentes das formas de gestão, de novas técnicas e tecnologias e da globalização nas relações econômicas, o que vêm transformando a sociedade e a organização do trabalho.

Diante da demanda de formação profissional na região na área de Ambiente, Saúde e Segurança, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba disponibiliza aos egressos do Ensino Médio, o curso Técnico em Segurança no Trabalho, uma vez que se verifica que são poucas as Instituições públicas de ensino na região que ofertam o curso.

Assim, esta proposta pedagógica justifica sua importância, pois a oferta do Curso Técnico em Segurança no Trabalho aqui apresentada, constitui-se no fator primordial de formação profissional, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Ressalta-se também que a última atualização deste PPC data do ano de 2017 e que de acordo com o Art. 60 da Resolução 912/2022 do CONSUP, o prazo máximo de atualização do PPC deverá ser de cinco anos, a contar da aprovação do último ato autorizativo interno. Portanto, esta atualização necessita ocorrer ainda em 2023, pois do contrário, o curso corre o risco de não ser mais ofertado pelo campus Abaetetuba.



GESTÃO DO CURSO

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Fábio Henrique Marinho Cabral
Fernando Antônio de Souza Ribeiro
Benedita Josiana de Souza Rodrigues
João Flávio Ribeiro Gonçalves
Luís Ricardo Ravagnani
Sueli de Lima Pereira
Kazuo de Almeida Kamizono
Regiana Barbosa Carvalho
Cleber Monteiro Cruz

COORDENAÇÃO DO CURSO

Fábio Henrique Marinho Cabral

COLEGIADO DO CURSO

Fábio Henrique Marinho Cabral - docente
Fernando Antônio de Souza Ribeiro - docente
Luís Ricardo Ravagnani – docente
Sueli de Lima Pereira – docente
Luciana Margalho Quaresma – discente
Milena Guedes do Espírito Santo – discente
Cleber Monteiro Cruz – docente
Kazuo de Almeida Kamizono – docente
Benedita Josiana de Souza Rodrigues – pedagoga
Diana Moraes dos Santos – TAE
Luciana Margalho Quaresma – discente
Regiana Barbosa Carvalho – docente



3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Proporcionar formação técnica em Segurança do Trabalho ao educando de forma que este possa aprofundar e aprimorar as competências e habilidades adquiridas no ensino fundamental e médio, tendo em vista o desenvolvimento e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, possibilitando ao mesmo o prosseguimento dos estudos e atuação no mundo do trabalho com competência técnica, científica e humanística e com a compreensão da realidade numa perspectiva crítica, reflexiva e transformadora.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar riscos e avaliar condições de trabalho.
- Compreender a legislação trabalhista e previdenciária.
- Aprender técnicas de investigação de acidentes de trabalho.
- Promover a cultura de segurança nas organizações.
- Elaborar e implementar programas de prevenção.
- Realizar levantamento de estatísticas de acidentes de trabalho.

4. REGIME LETIVO

O regime letivo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao Ensino Médio atenderá ao calendário acadêmico da instituição, sendo o período letivo semestral e sendo ofertado, preferencialmente, no turno noturno. Será regular, na modalidade presencial. Será estruturado em 03 (três) semestres letivos, com turmas de no máximo 40 alunos e com carga horária total de 1208 (hum mil duzentos e oito) horas relógio / 1380 (hum mil trezentos e oitenta) horas aula. O discente, após a conclusão dos componentes curriculares estará apto a receber o certificado de Técnico em Segurança do Trabalho.



O período mínimo para integralização do curso é de 03 (três) semestres letivos e no máximo o adicional de 02 (dois) semestres letivos, conforme a instrução dos §4º e §5º do Art. 223 do Regulamento Didático-Pedagógico.

Segundo o art. 226 do Regulamento didático do IFPA, terá matrícula automaticamente cancelada o estudante do IFPA que não cumprir a integralização curricular até o limite máximo estabelecido para a estrutura curricular a que esteja vinculado.

Ressalta-se que, conforme o art. 224, do Regulamento Didático do IFPA, os períodos correspondentes a trancamento de matrícula de estudante regular não serão computados para efeito de contagem do limite máximo para integralização curricular.

No período de entre 2024 e 2028, a previsão do número de turmas ingressantes será de 01 (uma) a cada finalização de 03 (três) períodos letivos, sempre que uma turma estiver integralizado todos os componentes curriculares, outra estará ingressando.

5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

A forma de acesso aos cursos ofertados pelo IFPA - Campus Abaetetuba ocorre mediante critérios estabelecidos no Regulamento Didático Pedagógico (IFPA, 2023) e legislação federal vigente:

- Realização de Processo Seletivo de caráter classificatório para candidatos egressos do Ensino Médio, conforme edital por nível de ensino;
- Transferência de discentes oriundos de outra Instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica condicionada à existência de vagas e possibilidade de adaptação curricular;
- Decorrente de Convênio, Intercâmbio ou Acordo Cultural, também condicionada à existência de vagas e possibilidade de adaptação curricular;

A escolaridade mínima exigida para o ingresso no curso é o Ensino Médio completo, além disso, as formas de ingresso através de processo seletivo obedecerão à Lei nº 12.711/2012, que estabelece reserva de vagas a estudantes de escola pública, e demais legislações pertinentes.

Vale destacar que é vedado o ingresso em cursos do IFPA no turno noturno a menores de 14 (quatorze) anos de idade.



6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O estudante do curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, enquanto construtor de sua própria aprendizagem deve privilegiar a formação ética, criativa, humanística, técnica, solidária e crítica, devendo ser um sujeito autônomo, responsável e investigador, desenvolver atividades na área da Segurança do Trabalho, trabalhando sempre de forma integrada, sendo um instrumento de transformação da realidade.

Para tanto, o Curso aborda uma sólida base de conhecimentos tecnológicos, capacidade gerencial e de adaptação a novas situações, postura ética pessoal e profissional, com o seguinte perfil profissional de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2023):

- Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle e ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador.
- Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho.
- Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes.
- Realizar estudo da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias.
- Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação.
- Analisar os métodos e os processos laborais.
- Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador.
- Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos.
- Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa.
- Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos ambientais.
- Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional.
- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio.
- Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas.
- Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

Destacamos também as competências fundamentais para a atuação como Técnico em Segurança do Trabalho,

- Conhecimentos e saberes relacionados aos processos produtivos do ramo de atividade de atuação.
- Conhecimento das normas técnicas e regulamentadoras.
- Liderança e gestão de equipes.
- Conhecimentos e saberes relacionados à gestão de documentos.
- Conhecimentos e saberes relacionados ao uso de instrumentos de higiene ocupacional. (CNCT, 2023)

7. ESTRUTURA CURRICULAR

Os três semestres sequenciais constituem a organização curricular com carga horária total de 1208 horas, sendo 1148 horas para os componentes curriculares e 60 horas de atividades complementares. Adicionalmente, recomenda-se fortemente ao



estudante a execução de estágio curricular não obrigatório. O primeiro semestre, de caráter fundamental, possibilita ao discente, bases tecnológicas e científicas, de maneira a prepará-lo para a realização dos outros dois semestres. Os semestres foram planejados considerando uma sequência didática lógica, complementando-se à medida que os educandos avançam de um módulo para o outro.

A estrutura curricular do curso técnico de segurança do trabalho está organizada através de Núcleos, composta pelos Núcleo Básico, Núcleo Politécnico e o Tecnológico conforme preconiza a Resolução 912/2022.

A matriz curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio do IFPA Campus Abaetetuba mostrada a seguir nos Quadros 1, 2 e 3 contém todos os componentes curriculares formado pelas disciplinas básicas e técnicas, suas respectivas horas-aula e horas-relógio distribuídos nos três semestres letivos. No Quadro 4, é apresentado a Síntese da Matriz Curricular que apresenta a carga horária mínima exigida pela legislação, e a compara com a respectiva carga horária constante neste PPC, sendo composto pelos totais das cargas horárias das disciplinas obrigatórias e atividades complementares, esta última, deve ser concluída até o final do 3º semestre. Ressalta-se que para validação da atividade complementar, o aluno deverá obrigatoriamente abrir um processo administrativo anexando os devidos comprovantes.

Em seguida, são apresentados o ementário e bibliografia básica e complementar de cada componente curricular, segundo o semestre em que serão trabalhadas. Além disso, em cada disciplina são indicados os pré-requisitos; quando necessários; e a carga horária total do curso. Ressalta-se que esta Matriz Curricular é para vigência das turmas ingressantes a partir do primeiro semestre de 2024.

Quadro 1 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do 1º semestre

1º SEMESTRE				
Núcleos	Componentes curriculares	CH		
		CH EAD	CHR	CHA
Núcleo Básico Complementar	Leitura e Produção de Textos	-	50	60
	Estatística e Informática Básica	-	83	100
Núcleo Tecnológico	Metodologia Científica Aplicada	-	50	60



	Segurança no Trânsito	-	50	60
	Sociologia do Trabalho	-	33	40
	Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho	-	67	80
	Desenho Técnico	-	33	40
	Administração em Segurança do Trabalho	-	33	40
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE		-	399	480

Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do 2º semestre

2º SEMESTRE				
Núcleos	Componentes curriculares	CH		
		CH EAD	CHR	CHA
Núcleo Tecnológico	Ergonomia	-	50	60
	Técnica e Prevenção de Combate a Sinistros	-	50	60
	Normalização e Legislação Aplicada	-	50	60
	Doenças e Medicina do Trabalho	-	67	80
	Biossegurança	-	50	60
	Gestão Ambiental	-	33	40
	Atividades Complementares	-	60	-
Núcleo Politécnico	Projeto Integrador I	-	50	60
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE		-	410	420

Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do 3º semestre

3º SEMESTRE				
Núcleos	Componentes curriculares	CH		
		CH EAD	CHR	CHA
Núcleo Tecnológico	Sistema de Gestão Integrada	-	50	60
	Prevenção e controle de perdas e riscos	-	67	80
	Higiene do Trabalho	-	83	100
	Primeiros Socorros	-	33	40



	Segurança na Construção Civil	-	33	40
	Princípios de Tecnologia Industrial	-	50	60
	Segurança em Máquinas e Equipamentos	-	33	40
Núcleo Politécnico	Projeto Integrador II	-	50	60
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE		-	399	480

Quadro 4 - Resumo da Carga Horária

Classificação dos Componentes Curriculares	CHR Total
Disciplinas Obrigatórias	1148h
Atividades Complementares Obrigatórias	60h
Total	1208h
Estágio curricular supervisionado (não obrigatório)	-
Disciplina Optativa (Psicologia do Trabalho)	33h

7.1 TABELA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE PPC ANTERIOR E PPC ATUAL

DISCIPLINAS DO PPC DE 2017			DISCIPLINAS DO PPC DE 2023		
CÓDIGO	DISCIPLINA	CHR	CÓDIGO	DISCIPLINA	CHR
TSSTR0046	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	33	XXXXX	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	33
TSSTR0035	INFORMÁTICA APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO	50	XXXXX	ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA BÁSICA	83
TSSTR0033	MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA DO TRABALHO	50	XXXXX		
TSSTR0043	METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA	50	XXXXX	METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA	50
TSSTR0037	SEGURANÇA NO TRÂNSITO	50	XXXXX	SEGURANÇA NO TRÂNSITO	50
TSSTR0031	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	50	XXXXX	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	50
TSSTR0034	INTRODUÇÃO À HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	67	XXXXX	INTRODUÇÃO À HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	67



TSSTR0030	DESENHO TÉCNICO	67	XXXXX	DESENHO TÉCNICO	33
TSSTR0048	ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	33	XXXXX	ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	33
TSSTR0032	PSICOLOGIA DO TRABALHO	33	XXXXX	PSICOLOGIA DO TRABALHO	33
TSSTR0044	GESTÃO AMBIENTAL	33	XXXXX	GESTÃO AMBIENTAL	33
TSSTR0042	SAÚDE OCUPACIONAL	33	XXXXX	DOENÇAS E MEDICINA DO TRABALHO	67
TSSTR0051	DOENÇAS E MEDICINA DO TRABALHO	50	XXXXX		
TSSTR0038	ERGONOMIA	50	XXXXX	ERGONOMIA	50
TSSTR0039	TÉCNICA E PREVENÇÃO DE COMBATE A SINISTROS	50	XXXXX	TÉCNICA E PREVENÇÃO DE COMBATE A SINISTROS	50
TSSTR0041	NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICADA	50	XXXXX	NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICADA	50
TSSTR0036	BIOSSEGURANÇA	50	XXXXX	BIOSSEGURANÇA	50
TSSTR0050	SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	33	XXXXX	SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	33
TSSTR0052	PRIMEIROS SOCORROS	33	XXXXX	PRIMEIROS SOCORROS	33
TSSTR0053	PESQUISA EM SEGURANÇA DO TRABALHO	50	XXXXX	PROJETO INTEGRADOR I	50
TSSTR0040	PREVENÇÃO E CONTROLE DE PERDAS E RISCOS	67	XXXXX	PREVENÇÃO E CONTROLE DE PERDAS E RISCOS	67
TSSTR0055	SEGURANÇA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	33	XXXXX	SEGURANÇA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	33
TSSTR0047	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA	50	XXXXX	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA	50
TSSTR0045	HIGIENE DO TRABALHO I	50	XXXXX	HIGIENE DO TRABALHO	83
TSSTR0049	HIGIENE DO TRABALHO II	50			
TSSTR0054	PRINCÍPIOS DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	50	XXXXX	PRINCÍPIOS DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	50



8. EMENTAS

8.1 PRIMEIRO SEMESTRE

Disciplina LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	Período 1º semestre
Pré-requisito: não há	CH: 50 horas
EMENTA Conceitos gerais: Língua, Linguagem e Fala. Língua Oral e Escrita. Funções da Linguagem. Importâncias e níveis de leitura. Redação de relatórios técnicos (estrutura e tipos: Ex. FISPQ, C.A, PT). Intertextualidade – conhecimento e análise das leituras linguísticas – análises de textos. Estruturação de textos: objetividade e subjetividade – gêneros textuais e relatórios. Análises textuais e temáticas. Mecanismos gramaticais, Instrumentalização para análise de leituras e produções de textos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SOBRAL, João Jonas Veiga. Técnicas de redação . IGLU, 1ª Edição. MEDEIROS, Técnicas de redação . Editora Atlas, 4ª Edição FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender O Texto: Leitura E Redação . 18 ed. São Paulo: Ática, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MEDEIROS João B., Português Instrumental . Atlas Editora 4a edição. 2000. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação Em Prosa Moderna: Aprenda A Escrever, Aprendendo A Pensar . 24. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. RANGEL, Mary. Dinâmicas De Leitura Para Sala De Aula . 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.	



Disciplina ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA BÁSICA	Período 1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 83 horas
EMENTA Introdução a matemática básica: aritmética, arredondamento e porcentagem. Regra de três simples e composta. Estatística básica: principais conceitos, gráficos e medidas de tendência central. Noções básicas de excel: construção de planilhas, gráficos e utilização de fórmulas matemáticas. NBR 14280/2001: Estudo dos principais termos, taxa de frequência de acidentes e gravidade. Introdução e Processamento de dados. Conhecimentos gerais sobre computadores (Hardware, software, periféricos, discos, unidades de medida, memórias, etc.). Sistemas Operacionais, Internet, Browsers ou Navegadores, Hiperlink, link, download, e-mail, site, home. Editores de Textos. Apresentação de Slide.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 14280/01: cadastro de acidentes de trabalho: procedimentos e classificação. Rio de Janeiro, 2001. COSTA, G. G. de O. Curso de estatística básica: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011. MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Izabel N. G. Informática Básica. 7. ed. atual. rev. São Paulo: Érica, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. Fundamentos de matemática elementar, 11: matemática comercial, matemática financeira. São Paulo: Atual, 2004. LEVINE, D. M; STEPHAN, D. F; SZABAT, K. A. Estatística - Teoria e Aplicações usando MS Excel em Português. São Paulo: LTC, 2017. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	



Disciplina METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA	Período 1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 50 horas
EMENTA Fundamentos da Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Projeto de Pesquisa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003. KOLLER, Sílvia H.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P.; VON HOHENDORFF, Jean. Manual de produção científica . Penso Editora, 2014. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010. TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias : acadêmica, da ciência e da pesquisa. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e Documentação – Referências – Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2022.	

Disciplina SEGURANÇA NO TRÂNSITO	Período 1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 50 horas
EMENTA Introdução histórica do trânsito. Acidentes no trânsito: suas causas e estatísticas. Legislação de trânsito. Segurança no trânsito. Princípios da física aplicados à direção (Atrito e resistência aerodinâmica). Direção Defensiva, itens de segurança e sinalização. Sinalização (classificação, sinais sonoros, gestos dos agentes e gestos	



dos condutores). Ficha de informação de segurança de produtos químicos. Transporte de produtos perigosos. Cursos especializados destinados a condutores de produtos perigosos. EPI's (equipamento de proteção individual)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRUZ, Roberto Moraes; ALCHIERI, João Carlos; HOFFMANN, Maria Helena – **Comportamento Humano no Trânsito** – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TOLENTINO, Nereide E. B. – **Trânsito: Qualidade de Vida do Condutor e o Código de Trânsito Brasileiro** – São Paulo: Edicon, 1998.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho Nacional de Trânsito. Departamento Nacional de Trânsito. **Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar em vigor**. Brasília: DENATRAN, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Código de trânsito brasileiro: Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997

VERÍSSIMO, Luis Fernando. **O Trânsito**. In: CARDOSO, Beatriz; EDNIR, Madza (Orgs.). *Ler e escrever, muito prazer!* São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria737.pdf>.

Disciplina SOCIOLOGIA DO TRABALHO	Período 1º semestre
Pré-requisito: não há	CH: 33 horas
EMENTA Conceito de trabalho para os clássicos da sociologia; O trabalho para Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx; Taylorismo, Fordismo, Toyotismo e o programa de qualidade total; Relações étnico-raciais, socioculturais e de gênero no trabalho; Organização dos trabalhadores, Direitos Humanos e o mundo do trabalho: histórico e legislação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	



DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARX, Karl. **Divisão do trabalho e manufatura**. In: _____. O capital. 9.ed. São Paulo: Difel, 1984. Livro 1, Volume 1.

WEBER, Max. **Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. Martin Claret, São Paulo, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2. Ed. Moderna, São Paulo, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo, Ed. Cortes, 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. Braziliense, São Paulo, 2013.

Disciplina	Período
INTRODUÇÃO À HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 67 horas
EMENTA Histórico de Saúde e Segurança no Trabalho; Princípios de Saúde e Segurança no Trabalho; Fundamentos Técnicos de Saúde e Segurança no Trabalho; Caracterização dos Riscos Ambientais Laborais; Aplicabilidade de Ferramentas de Prevenção em Saúde e Segurança no Trabalho; Definição de Normativas de Saúde e Segurança do Trabalho.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Manuais de Legislação ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho . ATLAS. 2015. SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional . LTr. 2013. CAMPOS, Armando Augusto Martins. CIPA. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: uma nova abordagem . SENAC. 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	



Ministério da Economia. **Normas Regulamentadoras.**

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** Coleção Primeiros Passos. 1986.

PONZETTO, Gilberto. **Mapa de Riscos Ambientais: Aplicado à Engenharia de Segurança do Trabalho – CIPA NR5.** 3º Ed. LTr, 2010.

Disciplina	Período
DESENHO TÉCNICO	1º semestre
Pré-requisito: não há	CH: 33 horas
EMENTA Instrumentos de Desenho Técnico. Leitura e representação das Projeções Ortográficas, hierarquia de linhas, tipos de tracejados e linhas de construção. Introdução à NBR 6492/1994 – Representação de Projetos de Arquitetura. Formatação do papel série “A”, trabalho em escalas de representação. Projeções cilíndricas ortogonais e Perspectiva Isométrica. Noções de Desenho Arquitetônico e Mapas de Risco.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA VIERCK Charles J.; Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica; Globo, 1999. SILVA Arlindo, Carlos TAVARES, João Sousa e Luis; Desenho Técnico Moderno ; LTC (Grupo GEN), 2006. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 6492 – Representação de Projetos de Arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SPECK, Henderson J.; PEIXOTO, Virgílio V. Manual Básico de Desenho Técnico. Ed. UFSC, 6ª ed. rev., Florianópolis, 2010. SILVA Arlindo, Carlos TAVARES, João SOUSA e Luis; Desenho técnico moderno ; LTC (Grupo GEN), 2006. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 8402: Execução de caracter para escrita em desenho técnico: Procedimento. Rio de Janeiro, 1994.	



Disciplina ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	Período 1º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 33 horas
EMENTA Antecedentes históricos da administração. Sistemas de administração. Divisão do trabalho. Autoridade e responsabilidade. Unidade de comando. Hierarquia dos sistemas. Conceito e tipo de organograma. Recursos humanos. Princípios básicos de supervisão. Definição das atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho e suas responsabilidades. Relações interdepartamentais. Administração de Pessoal. Planejamento, organização, ativação e controle. Gestão de estoques de EPI's E EPC's. Os 5'S na gestão da Segurança do Trabalho. Pirâmide das necessidades de Maslow.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BLANCHARD, Kenneth; O Gerente Minuto em Ação , Record, 1991 CHIAVENATO, Idalberto; Introdução a Teoria Geral da Administração (3ª Edição Compacta); Campus, 2004 TAVARES, José da Cunha. Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho . 6. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MUNIZ, Adir Jaime de Oliveira; HERMINIO, Augusto Faria. Teoria geral da administração: noções básicas . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. LACOMBE, Francisco José Masset. Teoria geral da administração . São Paulo: Saraiva, 2009. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Teoria geral da administração . 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.	



8.2 SEGUNDO SEMESTRE

Disciplina ERGONOMIA	Período 2º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho.	CH: 50 horas
EMENTA Ergonomia. Histórico e princípios da ergonomia. Ergonomia Física, Cognitiva e Organizacional. Ergonomia nos serviços e na vida diária. Noções básicas de Biomecânica Ocupacional. Noções básicas de Antropometria. Ergonomia e Novas Tecnologias. Sistema homem x máquina. Postos de Trabalho. Avaliação de um posto de trabalho sentado e em pé. Levantamento e transporte de peso. Ginástica Laboral. Lesões por esforços repetitivos. Doenças Osteomusculares relacionadas ao trabalho. Fatores ambientais na ergonomia. Estudo da NR.17 do Ministério do Trabalho. Anexo I. Anexo II. Análise Ergonômica do Trabalho.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COUTO, Hudson de Araújo. Ergonomia Aplicada ao Trabalho – Conteúdo básico – guia prático. ERGO Editora, 1ª edição, 2007. DUL, J. e WEERDMEESTER, B. Ergonomia Prática. 2ª edição, 2004. Editora Edgard Blücher Ltda. DANIELLOU, F. A ergonomia em busca de seus princípios. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GUERIN, F. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. PINHEIRO, Ana Karla da Silva; FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. Ergonomia Aplicada À Anatomia e à Fisiologia do Trabalho. Goiânia. AB Editora. 2008. DA SILVA, Alexandre Pinto. Ergonomia-Interpretando a NR-17: Manual Técnico e Prático para a Interpretação da Norma Regulamentadora 17. LTr Editora, 2019	



Disciplina TÉCNICA E PREVENÇÃO DE COMBATE A SINISTRO	Período 2º semestre
Pré-requisito: Segurança no Trânsito	CH: 50 horas
EMENTA Conceito e importância da segurança do trabalho na proteção contra sinistros. Legislação e normas brasileiras relativas à proteção contra sinistros. Conceito de carga-incêndio e classificação dos riscos por tipo de ocupação. Conceito de fogo e incêndio e seus efeitos. Explosivos: conceituação, tipos, identificação e controle. Classes de incêndio e métodos de extinção. Agentes extintores. Conceito de brigada de Incêndio, brigada de abandono e bombeiro profissional civil. Proteção estrutural: tipos. Sistemas de detecção e alarme de incêndio. Sistemas fixos e móveis de combate a sinistros. Planos de emergência.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRENTANO, Telmo; A proteção contra Incêndios no Projeto de Edificações ; Edições, 2007. PEREIRA, Anderson Guimarães; Segurança Contra Incêndios ; LTR Editora, 2009. CAMILLO JR, Abel Batista. Manual de Prevenção e Combate a Incêndio , SENAC-SP, 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR EDITORA SARAIVA; Segurança e Medicina do Trabalho , SARAIVA, 2011 EQUIPE ATLAS; Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação , ATLAS, 2011. PEREIRA, Áderson Guimarães & POPOVIC, Raphael Rodriguez; Tecnologia Em Segurança Contra Incêndio ; LTR Editora, 2007	



Disciplina NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICADA	Período 2º semestre
Pré-requisito: Introdução à Higiene e Segurança do Trabalho	CH: 50 horas
EMENTA Direitos Constitucionais Relacionados à Segurança e Saúde dos Trabalhadores Urbanos e Rurais. Segurança e Saúde do Trabalho na CLT. Aspectos Jurídicos das Normas Regulamentadoras da Segurança e Saúde do Trabalho. Seguridade Social. Regime Próprio de Previdência Social. Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Segurados do RGPS. Acidente de trabalho e doenças ocupacionais. Benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Compromissos profissionais do técnico em segurança no trabalho	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BALERA, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada . 2. ed. São Paulo: Editora RT, 2013. BARSANO, Paulo Roberto. Segurança do Trabalho: guia prático e didático . Érica, 2012. CAIRO JUNIOR, José. O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador . 5. ed. São Paulo: LTR, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL, Ministério do Trabalho — Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho . MONTEIRO, Antônio Lopes. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas . Saraiva, 2010. MORAES, Giovanni Araújo. Fundamento para realização de perícias trabalhistas, ambientais e acidentárias . Editora Verde, 2008.	



Disciplina DOENÇAS E MEDICINA DO TRABALHO	Período 2º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 67 horas
EMENTA Conceito de saúde e história natural da doença. Conceito de trabalhador, doença do Trabalho e doença profissional. Princípios Gerais de Segurança. Risco Biológico. Métodos e técnicas de limpeza e desinfecção terminal concorrente. Toxicologia: conceitos básicos, formas físicas dos agentes químicos, exposição a substâncias potencialmente tóxicas. Contaminação radioativa: fonte, prevenção e controle. Principais doenças profissionais causadas por ou agravadas por fatores de risco presentes nos locais de trabalho: vias aéreas, dermatoses ocupacionais, PAIR- perda auditiva induzida por ruído, distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho, intoxicações exógenas. Doenças Ocupacionais. Noções de Epidemiologia: instrumentos de notificação dos programas de saúde do trabalhador. Fundamentos de Higiene- Doenças Sexualmente Transmissíveis; Prevenção de AIDS; Tabagismo; Etilismo; Toxicomanias e Automedicação. NR7 Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional- PCMSO. NR 32 Trabalhos em Serviços de Saúde. Outras doenças de interesse ocupacional: alcoolismo, distúrbios alimentares, tabagismo, depressão.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GARCIA, Avo Filipe Barbosa; Acidentes do Trabalho, Doenças Ocupacionais e Nexos Técnico Epidemiológico ; MÉTODO (Grupo GEN), 2010. MONTEIRO, Antonio Lopes & BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais . Saraiva, 2010. IRINEU, Antonio Pedrotti; Doenças Profissionais ou do Trabalho ; Servanda, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Biossegurança em Laboratórios Biomédicos e de Microbiologia . 4ª edição. Brasília. 2000. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. Epidemiologia e Saúde . 7ª Ed. Rio de Janeiro: Med Book, 2013. OLIVEIRA, Julio Cesar; Ação Regressiva - Proposta pelo Instituto Nacional de Seguro Social Face às Empresas ; Conceito Editorial, 2011.	



Disciplina BIOSSEGURANÇA	Período 2º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 50 horas
EMENTA Introdução a biossegurança. Níveis de contenção física e classificação dos microrganismos. Níveis de biossegurança. Gerenciamento de resíduos biológicos. Gerenciamento de resíduos químicos. Estrutura e organização laboratorial e Mapa de risco. Métodos de desinfecção e esterilização. Boas práticas em laboratórios de pesquisa e serviços de saúde.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COSTA, Marco Antonio F. da; Qualidade em Biossegurança ; Qualitymark, 2011 MASTROENI, M. F. Biossegurança: Aplicada a Laboratórios e Serviços de Saúde . São Paulo: Editora Atheneu, 2005. 338p. HIRATA, M. H.; HIRATA R.D.C.; FILHO, J. M. Manual de Biossegurança . São Paulo: Editora Manole Ltda., 2012. 356p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MASTROENI, M. F. Biossegurança: Aplicada a Laboratórios de Pesquisa Serviços de Saúde . Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2022. 210p. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Manual de Biossegurança Laboratorial . 4ª Edição. Organização Pan-Americana da Saúde, 2021. Disponível em https://iris.paho.org/handle/10665.2/54521 . MINISTÉRIO DA SAÚDE. Classificação de risco dos agentes biológicos . 1ª Edição. Ministério da Saúde, 2022. 76p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao_risco_agentes_biologicos_1ed.pdf	



Disciplina	Período
GESTÃO AMBIENTAL	2º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 33 horas
EMENTA Identificação de Impactos Ambientais das Atividades Humanas; Comparação entre Poluição e Contaminação do Meio Ambiente; Definição de Tipos de Poluição; Estudo de Técnicas de Controle da Poluição; Fundamentos Básicos de Legislação Ambiental.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MOTA, Suetônio. Introdução à Engenharia Ambiental . Rio de Janeiro: Expressão Gráfica, 2010. PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. Curso de Gestão Ambiental . 2º edição. Barueri, SP: Manole, 2014. BARBIERI, J.C. Gestão ambiental Empresarial . São Paulo: Saraiva, 2004	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MOTA, Suetônio. Urbanização e Meio Ambiente . Rio de Janeiro: ABES, 2003. ABREU, M.C.S.; RADOS, G.J.V.; FIGUEIREDO, H.S.J. As Pressões Ambientais da Estrutura da Indústria . RAE Eletrônica, 2004. ALBERTON, A.; COSTA, N.C.A.J. Meio Ambiente e Desempenho Econômico-Financeiro: Benefícios dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) e o Impacto da ISO 14001 nas Empresas Brasileiras . RAC-Eletrônica, 2007	

Disciplina	Período
PROJETO INTEGRADOR I	2º semestre
Pré-requisito: Metodologia Científica Aplicada	CH: 50 horas
EMENTA Pesquisa científica. Instrumento de pesquisa. Coleta de dados. Elaboração dos dados. Representação, análise e discussão dos dados. Elaboração do artigo científico com base na prática de pesquisa. Seminário com o pré-projeto da pesquisa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

KOLLER, Sílvia H.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P.; VON HOHENDORFF, Jean. **Manual de produção científica**. Penso Editora, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: **Informação e Documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2022

Disciplina Optativa PSICOLOGIA DO TRABALHO	Período 2º Semestre
Pré-requisito: não há	CH: 33 horas
EMENTA Psicologia aplicada nas relações de trabalho. Fundamentos do comportamento humano. Motivação. Liderança. Comunicação Interpessoal. Qualidade de vida e Saúde Mental no Trabalho. Ética profissional. Segurança no Trabalho.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MOTA, Míriam Cristina Zaidan. Psicologia aplicada em segurança do trabalho ; Ltr Editora, 2010. VIEIRA, João Luis Teixeira; O assédio moral no trabalho – conceito, causas e efeitos, liderança versus assédio, valoração do dano e sua prevenção ; LTR Editora, 2010 VASCONCELOS, Anselmo Ferreira et al. Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas . Caderno de pesquisas em Administração, v. 8, n. 1, p. 23-35, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	



CATALDI, Maria José Giannella. **O stress no meio ambiente de trabalho**. Editora LTr, 2002.

MOREIRA, Dirceu; **Transtorno do assédio moral bullying – a violência silenciosa**; WAK, 201.0

TEIXEIRA, João Luís Vieira. O assédio moral no trabalho: conceitos, causas e efeitos, liderança versus assédio, valoração do dano e sua prevenção. 2ª Ed. São Paulo. Editora LTr, 2013.

8.3 TERCEIRO SEMESTRE

Disciplina	Período
SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA	3º semestre
Pré-requisito: Gestão Ambiental	CH: 50 horas
EMENTA Introdução à Normalização do Sistema de Gestão; Fundamentos do Sistema de Gestão; Interpretação do Sistema de Gestão da Qualidade - ISO 9001/2015; Interpretação do Sistema de Gestão Ambiental - ISO 14001/2015; Fundamentos de Sustentabilidade na Organização Pública - Ministério do Meio Ambiente (A3P); Interpretação do Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional - ISO 45001/2018.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração . 3º Ed. Revisada e Atual . Elsevier. Rio de Janeiro, 2004. FILHO, Geraldo Vieira. Gestão da Qualidade Total: Uma abordagem Prática . São Paulo: Administração e Sociedade , 2010. ASSUMPÇÃO, Luiz Fernando Joly. Sistema de gestão ambiental: manual prático para implementação de SGA e certificação ISO 14.001/2004 . Curitiba. Juruá, 2011	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DOS SANTOS JUNIOR, Joubert Rodrigues. Gestão e Indicadores em Segurança do Trabalho: Uma abordagem prática . São Paulo. Ed. Érica, 2019. ABNT. ISO 9001/2015 - Sistema de Gestão de Qualidade	



ABNT. ISO 45001/2018 - **Sistema de Gestão Em Saúde e Segurança Ocupacional**

Disciplina PREVENÇÃO E CONTROLE DE PERDAS E RISCOS	Período 3º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho.	CH: 67 horas
EMENTA Introdução à Prevenção de Riscos e Perdas; Caracterização de Causa de Perdas no Sistema Organizacional; Identificação de Custos de Acidentes; Interpretação da Administração e o Gerenciamento de Riscos; Aplicação de Técnicas Administrativas no Processo de Gerenciamento de Riscos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho . 8º Ed. SENAC. São Paulo, 2011. BINDER, Maria Cecília Pereira; MONTEAU, Michel; ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. Árvore de causas: Método de investigação de acidentes de trabalho . 4º ed. São Paulo. Limiar, 2003. PALADY, Paul. FMEA: Análise dos modos de falha e efeitos: prevendo e prevenindo problemas antes que ocorram . IMAM. 5º Ed. São Paulo, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LAPA, Reginaldo Pedreira; GOES, Maria Luiza Sampaio. Investigação e Análise de Incidentes: Conhecendo o Incidente para prevenir . 1º Ed. São Paulo: Edicon, 2011. KLETZ, Trevor. O que Houve de Errado? Casos de Desastres em Plantas de Processo e como eles poderiam ter sido evitados . 5º Ed. Editora Interciência: Rio de Janeiro, 2013. VIEIRA, Sebastião Ivone. Manual de Saúde e Segurança do Trabalho: segurança, higiene e medicina do trabalho . Volume 1. Ltr, 2005.	



Componente Curricular HIGIENE DO TRABALHO	Período 3º semestre
Pré-requisito: Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho	CHR: 83 horas
EMENTA Classificação dos riscos ambientais. Fatores determinantes de uma exposição. Característica físico-química do agente químico ou natureza do agente físico. Tempo de exposição. Concentração ou intensidade do agente. Suscetibilidade individual. Características das avaliações ambientais. Avaliação qualitativa. Avaliação quantitativa. Estratégias de avaliação ambiental. Limites de tolerância. Nível de ação. Medidas gerais de higiene ocupacional. Riscos físicos: definições básicas. Ruídos: definições básicas. Adição e subtração de decibéis. Escalas de ponderação. Tipos de respostas. Normas. Dose e nível equivalente. Avaliação de ruído. Equipamentos de medição: decibelímetro, dosímetro. Medidas de controle. Vibrações: avaliação. Medidas de controle. Pressões anormais. Radiações ionizantes. Radiações não ionizantes. Temperaturas extremas: calor. Definições básicas. Temperatura efetiva. Normas. IBUTG. Avaliação do calor. Monitor de estresse térmico. Medidas de controle. Frio. Definições básicas. Normas. Avaliação do frio. Medidas de controle. Riscos químicos: definições básicas. Classificação dos agentes químicos. Efeitos no organismo humano. Vias de penetração no organismo. Legislação em higiene ocupacional. Norma Regulamentadora Nº 15 (NR 15). Normas de Higiene Ocupacional – NHO, ACGIH, NIOSH, OSHA. Conhecimentos básicos sobre equipamentos utilizados em higiene ocupacional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PEIXOTO, et al. Higiene Ocupacional I . Santa Maria: UFSM/CTISM; Rede e-Tec Brasil, 2012. SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados . 4. ed. São Paulo: Editora LTR, 2010. SPINELLI, Robson et al. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos . 5. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	



ABHO — Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais. **Tradução TLVs e BEIs: Threshold limit Values and Biological Exposure — Indices** — ACGIH. São Paulo, 2013.

ACGIH. **Limites de exposição ocupacional (TLVsR) para substâncias químicas e agentes químicos & índices biológicos de exposição (BEIsR)**. Tradução: ABHO (Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais). São Paulo: ABHO, 2010

TUFFI, Messias Saliba; **Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído**; LTR Editora, 2010

Disciplina	Período
PRIMEIROS SOCORROS	3º semestre
Pré-requisito: Não há	CH: 33 horas
EMENTA Responsabilidades do Socorrista. Procedimentos Gerais: Avaliação do local, da vítima e investigação primária e secundária. Corps estranhos no organismo. Hemorragia, Ferimentos e Contusões. Fraturas, Luxações e Entorses Desmaios e Convulsões. Internação e Queimaduras. Choque Elétrico. Engasgamento e Afogamentos. Obstrução, Parada e Ressuscitação Cardiopulmonar Angina e Infartos. Intoxicação e envenenamento. Acidentes com Animais Raivosos e Peçonhentos. Mobilização e Transporte de Acidentados Acidentes com Múltiplas vítimas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MORAES, Vilma g. de. Atendimento Pré - Hospitalar - Treinamento da Brigada de Emergência do Suporte Básico ao Avançado ; Iátria, 2010. OSWALDO Michel; Guia de Primeiros Socorros (para cipeiros e serviços especializados em medicina, engenharia e segurança do trabalho) ; LTR Editora, 2003 MANTOVANI, M. Primeiros Socorros – Suporte Básico de Vida , 2.Ed., Campinas, 1993.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SILVEIRA J.M.S.; Bartmann, M.; Bruno, P. Primeiros Socorros: Como Agir em Situações de Emergência . 2.ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.	



KAREN, Keith J. et al. **Primeiros socorros para estudantes**. 10. ed. São Paulo: Manole, 2014.

NAEMT. **Atendimento pré-hospitalar ao politraumatizado - PHTLS**. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

Disciplina SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	Período 3º semestre
Pré-requisito: Não Há	CH: 33 horas
EMENTA Breve histórico da construção civil. Etapas produtivas na construção civil. Histórico das normas de Segurança na Construção Civil; Análise e estatísticas de acidentes na Construção. Caracterização de Riscos Ambientais. NR 18: Segurança e saúde na indústria da construção. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) para a indústria da construção. NR 35 -Segurança em trabalho em altura.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PEINADO, Hugo Sefrian. Manual orientativo de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) para os canteiros de obras de edificações . 1.ed. Brasília: Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). 2021. BRASIL. Norma Regulamentadora NR 18: Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção . Atualização pela Portaria SEPRT n.º 3.733, de 10 de fevereiro de 2020. Ministério da Economia. Secretaria do Trabalho, 2020. RODRIGUES, Flávio Rivero. Prevenindo Acidentes na Construção Civil . 2º. LTr. 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Norma Regulamentadora NR 35: Trabalho em altura . Atualização pela Portaria SEPRT n.º 915, de 30 de julho de 2019. Ministério da Economia. Secretaria do Trabalho, 2019. Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Segurança e saúde na indústria da construção: prevenção e inovação . Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Brasília: CBIC, 2019. Peinado, Hugo Sefrian (org.) Segurança e Saúde do Trabalho na Indústria da Construção Civil . São Carlos: Editora Scienza, 2019.	



Disciplina PRINCÍPIOS DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	Período 3º semestre
Pré-requisito: Ergonomia	CH: 50 horas
EMENTA Contaminantes sólidos, líquidos e gasosos. Técnicas de descarte, armazenamento e transporte dos resíduos e fluidos. NR 25 Resíduos Industriais. Cores na Segurança do Trabalho. Equipamentos e Sinalizadores. Sinalização na indústria referente a placas e marcações de piso. NR 26 Sinalização de Segurança. NR 33 Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados: Objetivos, responsabilidades, Gestão de Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados, Emergências. NR 35 Trabalho em Altura: Objetivos, responsabilidades, capacitação e treinamento, planejamento, Organização e Execução, EPI's e Emergência e Salvamento. Normas Técnicas relacionadas com a Segurança Industrial.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BEGA, Egídio Alberto. Instrumentação Aplicada ao Controle de Caldeira. interferência, 2003. TELLES, R.C.S. Vasos de Pressão. LTC, 1996 ANDREASSI, T.; SBRAGIA, R. Fatores determinantes do grau de inovatividade das empresas: um estudo utilizando a técnica de análise discriminante. Série de Working Papers. Working Paper nº 01/004. Universidade de São Paulo, Departamento de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo. 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR EDITORA SARAIVA; Segurança e Medicina do Trabalho. SARAIVA, 2011 EQUIPE ATLAS; Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação, ATLAS, 2011 AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. ABDI. Determinantes da acumulação de conhecimento para inovação tecnológica nos setores industriais no Brasil: base industrial da defesa. Brasília: ABDI, 2010.	



Disciplina SEGURANÇA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Período 3º semestre
Pré-requisito: Ergonomia	CH: 33 horas
EMENTA NR - 10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. NR 11 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais. Tipos de Instrumentos e detalhes de Instalação, Identificação e Simbologia de Instrumentos. Planejamento e Detalhamento de Serviços de Montagem e Manutenção de Máquinas. Noções de Soldagem, Lubrificação. - Soldas: elétrica, oxi - acetileno, MIG, MAG. Processos de Produção. Layout Definição, Tipos de Layouts e Fluxos da Produção. NR 12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Equipamentos Estáticos: tubulações (acessórios/ligações), válvulas, purgadores, permutadores de calor, tanques, torres, fornos, caldeiras. NR-13 Caldeiras, Vasos de pressão e Tubulações. NR 14 Fornos. Principais Normas Técnicas relacionadas com segurança em máquinas e equipamentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA EDITORA SARAIVA; Segurança e Medicina do Trabalho , SARAIVA, 2011. EQUIPE ATLAS; Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação , ATLAS, 2011 ABNT. NBR ISO 13852: Segurança de máquinas – Distâncias de Segurança para Impedir o acesso a zonas de perigo pelos membros superiores . 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR TELLES, R.C.S. Vasos de Pressão . LTC, 1996 ABNT. NBR ISO 12100: Segurança de Máquinas – Princípios Gerais de Projeto – Avaliação de Riscos . 2013. ABNT. NBR NM 272: Segurança de máquinas – Proteções – requisitos gerais para projeto e construções de proteções fixas e móveis . 2002.	



Disciplina PROJETO INTEGRADOR II	Período 3º semestre
Pré-requisito: Projeto Integrador I	CH: 50 horas
EMENTA Caracterização do projeto integrador como a integração dos componentes curriculares visto nos semestres letivos. Definição do tema norteador e do trabalho a ser realizado. Revisão bibliográfica, metodologia de execução e implementação do trabalho. Apresentação dos resultados.	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023 – Informação e documentação– Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. _____. NBR10520 – Informação e documentação – Citações – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002b. _____. NBR 14724 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011a.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas critérios e procedimentos. 4. ed. ver. ampl. e atual.- Belém: UFPA, 2010. _____. NBR 15287 – Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011b. TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.	

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional é compreendida como uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios.

De acordo com a Instrução Normativa PROEN/IFPA nº 03, de 16 de novembro de 2018, em seu Art. 2º “A prática profissional, como atividade didático-pedagógica, tem como objetivo:

- I. Articular a prática com os fundamentos científicos e tecnológicos do curso para o desenvolvimento de competências previstas no perfil profissional do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e no Projeto Pedagógico do Curso.



- II. Relacionar teoria e prática no processo ensino-aprendizagem.
- III. Vivenciar experiências de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação na instituição de ensino.
- IV. Promover ações de interação com o mundo do trabalho.
- V. Favorecer a articulação de forma interdisciplinar entre os conteúdos de formação técnica e da formação geral.

As demais atividades relacionadas à prática profissional como visitas técnicas integradas, laboratório e oficinas serão articuladas nas aulas das disciplinas técnicas, a partir do primeiro semestre, conforme apresentado na ementa das disciplinas, e se darão à medida que os conteúdos teóricos sejam repassados.

10. PROJETO INTEGRADOR

O Projeto Integrador é uma atividade interdisciplinar obrigatória proposta aos alunos, com carga horária de 100 horas. O foco principal do projeto é propiciar aos alunos um embasamento prático dos conceitos teóricos adquiridos através dos conteúdos programáticos ministrados em sala de aula em torno de uma única atividade. As relações teóricas das disciplinas ocorrerão através de uma atividade prática aplicada, sob a orientação dos docentes.

O objetivo do Projeto Integrador é desenvolver nos alunos as competências requeridas para sua formação, dentro da expectativa de que, no mercado de trabalho, serão estimulados a verificar a relação entre a teoria e as práticas do mercado, bem como, compreender a interdisciplinaridade, por meio da vivência de atividades de características práticas.

O desenvolvimento do Projeto Integrador aproxima-se da forma como os alunos deverão atuar na vida profissional, agindo positivamente, na solução de problemas técnicos, sociais, políticos e econômicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico nas perspectivas local, regional e nacional. Além disso, o Projeto objetiva, também, tornar os processos de ensino e de aprendizagem mais dinâmicos, interessantes, significativos, reais e atrativos para os alunos, englobando conteúdos e conceitos essenciais à compreensão da realidade social em geral e, em particular, do mundo do trabalho, assim como, suas inter-relações, sem a imposição de conteúdos e conceitos, de forma fragmentada e autoritária. Assim, alunos e professores saberão



construir juntos os seus próprios conhecimentos, superando os saberes cotidianos, em razão de novos conhecimentos científicos, construídos com autonomia intelectual. O desenvolvimento coletivo de projetos tem em vista que o futuro profissional seja capaz de exercer sua profissão de forma complexa, competente e inovadora, pois os conhecimentos deixarão de ser vistos de forma isolada, e, sim, considerados numa perspectiva interdisciplinar.

Faz, necessariamente, parte do processo de ensino e de aprendizagem, e deve envolver, no mínimo, dois e no máximo quatro componentes curriculares. É realizado de forma inserida no processo formativo do aluno, sob orientação, como parte das atividades integrantes do curso. Neste documento dividiu-se o projeto integrador em duas partes: a primeira metade (Projeto Integrador I) deverá ser ministrada no segundo semestre, neste caso, será requisito para aprovação que todos os discentes apresentem os seus respectivos pré-projetos. A segunda metade (Projeto Integrador II), ocorrerá no 3º semestre e irá totalizar 100 horas de projeto, com a culminância que consiste de maneira obrigatória na entrega de um artigo acadêmico acompanhada de apresentação oral evidenciando os principais pontos do projeto. Esta apresentação poderá ser tanto para a comunidade interna como para a externa. O artigo deverá obedecer aos padrões contidos na Instrução Normativa PROEN/IFPA 04/2018. Os discentes poderão executar o projeto individualmente ou em grupos de no máximo três alunos.

11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se na junção entre teoria e prática, contextualizando o conhecimento, desenvolvendo habilidades e valores, visando significativamente à experiência profissional e tem como objetivo proporcionar ao discente a vivência em situações de práticas profissionais.

O estágio supervisionado no curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio do IFPA – Campus Abaetetuba será facultativo. Conforme o que estabelece a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, no Art. 1º “O Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular.”



O estudante deverá ser orientado, acompanhado e avaliado em seu estágio curricular pelo professor orientador da Instituição, pelo supervisor de estágio, bem como por parte da instituição concedente.

Na oferta de realização de estágio, deverão ser atendidos os dispositivos legais que regulamentam a realização do mesmo, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como as normas gerais que regem o estágio no IFPA.

Para iniciar o processo de estágio curricular é necessário que o aluno esteja regularmente matriculado no curso de Técnico em Segurança do Trabalho e tenha sido aprovado em todas as disciplinas do 1º semestre.

Os estagiários com deficiência terão o direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial e de profissionais da área objeto do estágio, de acordo com a Resolução nº 01/2004 do CNE/CEB.

Caberá à Coordenação do Núcleo de Estágio, em conjunto com a Coordenação do Curso e de acordo com os dispositivos legais, coordenar as ações referentes ao estágio no Campus Abaetetuba.

12. ATIVIDADES DE TUTORIA

A Educação a Distância é modalidade educativa que tem como primícias a autonomia e autoaprendizagem do aluno, com a mediação docente/tutorial (Resolução n. 092/2019-CONSUP/IFPA, seção IV, Art. 15). As atividades de tutoria não serão realizadas por docentes/tutores neste curso de segurança do trabalho em virtude de o campus ainda não possuir aparatos necessários e suficientes para tal implementação o que inviabiliza tal atividade na modalidade EAD.

13. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO - APRENDIZAGEM

O curso de Técnico em Segurança do Trabalho Modalidade Subsequente Campus Abaetetuba utilizará, quando necessários, instrumentos facilitadores do ensino e aprendizagem a partir de softwares, sejam eles, para criação de apresentações, simulações, vídeos e dentre outros, segundo o que poder-se-á adquirir para acervo próprio, ou já existente, ou na forma de recursos freeware das Tecnologias da



Informação e Comunicação (TIC's). Nesse sentido serão utilizados softwares específicos para a área de formação básica e técnica, no bojo do escopo das disciplinas elencadas no currículo do curso pelos seus mediadores, aliando os aspectos técnicos e educacionais dos programas computacionais a uma melhoria do rendimento escolar. Podemos ainda dizer que são tecnologias da informação e comunicação utilizadas no processo de ensino aprendizagem:

- Computador;
- Câmeras de vídeo e foto para computador e Webcam;
- Caixas de som amplificadas e fones de ouvido;
- Equipamentos de gravação de CD e DVD;
- Smartphones;
- Lista de Discussão;
- Mídias Sociais;
- Correio eletrônico;
- Televisão;
- Scanners;
- Tecnologia de acesso remoto: WI-FI;
- Internet;
- Rede interna de computadores (LAN);
- Website do Instituto;
- SIGAA;
- Servidores de dados;
- Google meet;
- Aplicativos profissionais e/ou educacionais.

14. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Uma proposta pedagógica que privilegia a integração caracteriza-se pelo trabalho coletivo, sendo imprescindível à construção de práticas didático-pedagógicas significativas.

Os procedimentos metodológicos propostos neste projeto são entendidos como um conjunto de ações empregadas tendo como objetivo assegurar a formação integral dos estudantes, nesse sentido é importante considerar as características específicas do



alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos.

A equipe docente deverá organizar as atividades didáticas pedagógicas integradoras baseadas em projetos de ensino, pesquisa e extensão; em situações problemas desafiadores que estimule os alunos a buscar, mobilizar e ampliar seus conhecimentos, gerando assim, aprendizagens significativas.

A avaliação da aprendizagem, nesse contexto assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva da mera aplicação de provas e testes para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos.

Para que de fato ocorra a integração do currículo, concebendo o educando como o sujeito capaz de relacionar-se com o conhecimento de forma ativa, crítica e construtiva, é importante:

- Propor atividades em que o alunado seja protagonista na construção do conhecimento, possibilitando ao mesmo intervir na realidade social;
- Tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, promovendo assim, uma aprendizagem significativa, instigando a autonomia intelectual dos alunos e incentivando a capacidade de continuar aprendendo;
- Promover permanentemente a interação entre as disciplinas, tanto das áreas de formação básica, quanto das áreas de formação profissional, bem como a base diversificada;
- Desenvolver Projetos Interdisciplinares e Integradores, oportunizando o contato com as situações reais de vida e de trabalho;
- Inserir atividades demandadas pelo alunado: eventos científicos, problemas, projetos de intervenção, atividades laboratoriais, entre outros;
- Viabilizar atividades de pesquisa de campo e visitas técnicas sob a ótica de várias disciplinas;
- Promover a problematização do conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- Considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;



- No início de cada período letivo, realizar de forma coletiva o contrato didático-pedagógico, definindo a proposta educativa a ser efetivada, considerando sempre que o planejamento é flexível.

As Estratégias Pedagógicas a serem desenvolvidas podem ser: Exercícios; Análise crítica de textos; Debates; Práticas laboratoriais; Oficinas; Visitas técnicas; Interpretação e discussão de textos técnicos; Apresentação de vídeos; Apresentação de seminários; Trabalhos de pesquisa e extensão; Atividades individuais e em grupo; Relatórios de atividades desenvolvidas; Atividades extraclasse; Execução e apresentação de projetos integradores; Exposição dialogada; Técnicas vivenciais de dinâmica de grupo; etc.

A metodologia didático-pedagógica deverá possibilitar ao educando o domínio das diferentes linguagens, desenvolvimento do raciocínio e da capacidade de usar conhecimentos científicos, tecnológicos e sócios históricos para compreender e intervir na vida social e produtiva, de forma proativa e criativa.

A contextualização aplicada ao currículo integrado permitirá que o conteúdo do ensino provoque aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. Nesse processo, o conhecimento dialoga com áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural.

Nesse sentido, os temas transversais serão incorporados ao desenvolvimento da ementa do componente permeando por meio da transversalidade. As temáticas serão integradas aos conteúdos obrigatórios do componente que possuem relação, entre eles:

- A Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre a educação alimentar e nutricional, abordando as temáticas (alimentação, nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis da vida);
- A Lei nº 9.795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental; a lei nº 9.503/97 que institui o Código Brasileiro de Trânsito; Conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria, nos diversos níveis de ensino formal, conforme artigo 22 da Lei nº 10.741/200 (dispõe sobre o Estatuto do Idoso) e a lei nº 7.037/2009 que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos-PNDH, serão desenvolvidas como prática educativa integrada contínua e permanente, por meio de projetos, temas transversais, bem como por



planejamento e ações integradas e coordenadas com diferentes órgãos e entidades.

- A lei nº 12.608/2012 que trata da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e a lei nº 13.006/2014 que dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica serão incluídas e desenvolvidas ao longo do curso como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da instituição, sendo esta última, obrigatória à exibição de filmes e produção nacional por, no mínimo, 02 horas mensais.

A Coordenação do curso, junto ao seu colegiado promoverá meios para desenvolver o planejamento, execução e avaliação das atividades pedagógicas acima propostas.

14.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com o art. 90, do Regulamento Didático, as atividades Complementares são aquelas “[...] facultada nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio” e “[...] tem como finalidade complementar a formação do estudante e ampliar o conhecimento teórico-prático”.

Para validação das atividades deverão ser apresentadas cópias dos certificados, declaração, atestado e/ou diploma, protocolados na Secretaria Acadêmica, contendo o número de horas e descrição das atividades desenvolvidas para posterior análise Coordenação do Curso que realizará a validação e registro no sistema de gerenciamento acadêmico.

Tais atividades serão consideradas para cômputo da carga horária do curso de Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio no total de 60 h e são de cumprimento obrigatório pelo estudante sendo requisito necessário para a outorga de grau e o requerimento do Diploma e Histórico Escolar de Conclusão do Curso. As atividades complementares estão previstas no 2º semestre do curso. Vale destacar que serão consideradas apenas atividades realizadas a partir da data de ingresso do estudante no curso.

De acordo com o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2015, p. 33) poderão ser consideradas como atividades complementares, desde que relacionadas com a área de formação:



- I) Participação em Congressos, Seminários, conferências, jornadas, fóruns, palestras e similares;
- II) Participação em produções artísticas, apresentação oral de trabalhos, exposição de mostras e condução de cursos, minicursos, palestras e oficinas;
- III) Atividades assistenciais e comunitárias (voluntariado);
- IV) Publicação de artigo científico/acadêmico em periódico especializado;
- V) Autoria ou co-autoria de capítulo de livro;
- VI) Resumo de trabalho em evento acadêmico e/ou científico;
- VII) Participação em cursos, minicursos, oficinas ou atividades culturais;
- VIII) Organização e participação em eventos acadêmicos e/ou científicos, tais como: semana cultural, ciclo de palestras, etc;
- IX) Membros de comissões avaliativas e propositivas no âmbito da educação básica e/ou superior
- X) Membro de fóruns ou conselhos municipais ou estaduais
- XI) Exercício de cargos de representação estudantil
- XII) Participação em projetos e programas de iniciação científica, iniciação à docência e projetos de extensão.
- XIII) Atividade de Monitoria
- XIV) Estágio extracurricular.

15. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Serão apresentados a seguir os critérios e procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem estabelecido pelo Regulamento Didático de ensino do IFPA, os quais serão considerados no Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio. O processo de avaliação da aprendizagem deve ser amplo, contínuo, gradual, cumulativo e cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos da formação do educando, conforme a Lei Nº 9.394/96.

A avaliação compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua, cumulativa, sistemática e compartilhada em cada etapa educativa, com diagnóstico das dificuldades, destina-se a verificar se houve aprendizagem e apontar caminhos para o processo educativo.

Nos cursos regulares do IFPA a avaliação da aprendizagem é realizada em dois momentos de culminância para disciplinas semestrais, sendo prevista, a prova final, quando necessário. Cada momento de culminância compreende um período letivo bimestral.

Para a realização da avaliação da aprendizagem o docente deve considerar parâmetros orientadores de práticas avaliativas qualitativas, como: domínio cognitivo, cumprimento e qualidade dos trabalhos acadêmicos, capacidade de realizar trabalhos



acadêmicos em grupo com disposição, organização, liderança, cooperação e interação na atividade grupal, além de autonomia.

A verificação do desempenho acadêmico será feita de forma diversificada, a mais variada possível, de acordo com a peculiaridade de cada processo educativo, contendo entre outros, de acordo com o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2015, p. 71):

- I. Elaboração e execução de projeto;
- II. Experimento;
- III. Pesquisa bibliográfica;
- IV. Pesquisa de campo;
- V. Prova escrita e/ou oral;
- VI. Prova prática;
- VII. Produção técnico-científica, artística ou cultural.
- VIII. Seminário;

Em cada instrumento de avaliação, os parâmetros orientadores de práticas avaliativas qualitativas deverão ser considerados em conjunto, quando aplicáveis, na composição da nota. O desempenho do discente em cada unidade didática será registrado através de nota, compreendida entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez).

Os resultados das avaliações serão mensurados da seguinte forma:

- **Para o regime semestral, utiliza-se a forma descrita abaixo**

$$MF = \frac{(1^a BI + 2^a BI)}{2} \geq 7,0$$

Onde: MF = Média Final (ou Disciplina)

1^aBI = 1^a avaliação bimestral (verificação da aprendizagem)

2^aBI = 2^a avaliação bimestral (verificação da aprendizagem)

Caso a Média Final (MF) seja menor que sete (< 7,0), o discente fará prova final. Para verificação de aprovação na prova final, o estudante deve aplicar a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{(MB + NPF)}{2} \geq 7,0$$



Onde: MF = Média Bimestral NPF = Nota da prova Final

O discente será aprovado na disciplina por média, se obtiver nota maior ou igual a sete ($\geq 7,0$). Caso contrário, deve realizar a prova final aplicando-se a fórmula de Média Final. O discente que não atingir a média final maior ou igual ($\geq$) a 7,0 (sete) após a aplicação da prova final será considerado reprovado no componente curricular.

Contudo, no decorrer do processo educativo, cabe a todos os docentes promover estratégias para a recuperação da aprendizagem do aluno de modo contínuo e paralelo, previstas em seu plano de ensino e de aula, podendo ser feita, através de atividades individuais e/ou grupo, como pesquisa bibliográfica, experimento, demonstração prática, seminários, relatório, portfólio, provas escritas ou orais, pesquisa de campo, produção de textos, produção científica, artística ou cultural, oficinas, entre outros.

Ressalta-se a importância da recuperação paralela para a melhoria da progressão dos alunos, sendo assim ao ser detectado pelo professor estudantes com dificuldades de aprendizado e de baixo rendimento deve promover meios e estratégias metodológicas de forma contínua ao processo educativo do dia a dia da sala de aula. Permitindo que estudo, ensino e avaliação caminhem juntos.

Ao estudante que não realizar a(s) atividade(s) de verificação da aprendizagem será considerado reprovado, devendo ser registrada a nota 0,0.

Ao estudante que faltar a qualquer das verificações de aprendizagem ou deixar de executar trabalho escolar, será facultado o direito à segunda chamada se esse estudante a requerer, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após o término do prazo de afastamento, desde que comprove através de documentos uma das seguintes situações, segundo o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2023, p.29):

- I. Problema de saúde (apresentar atestado médico);
- II. Obrigações com o Serviço Militar (apresentar certificado de alistamento);
- III. Pelo exercício do voto (apresentar o título de eleitor e comprovante de votação);
- IV. Convocação pelo Poder Judiciário ou pela Justiça Eleitoral (apresentar ofício de convocação ou declaração de prestação do serviço);
- V. Cumprimento extraordinário de horário de trabalho devidamente comprovado através de documento oficial da empresa (declaração da empresa quanto à jornada de trabalho extraordinária);
- VI. Viagem, autorizada pelo IFPA, para representá-lo em atividades desportivas, culturais, de ensino ou pesquisa ou a serviço (documento específico);



- VII. Acompanhamento de pessoa da família (cônjuge, pai, mãe e filho ou enteado) em caso de defesa da saúde (laudo médico do ente ou declaração de acompanhamento);
- VIII. Falecimento de parente (cônjuge e parentes de primeiro grau), desde que a avaliação se realize num período de até oito dias corridos após a ocorrência (certidão de óbito).

Em se tratando dos impedimentos apresentados nos incisos I e VII, conforme acima, o(s) atestado(s) e/ou relatório(s) médico(s) deverão ser encaminhados ao Serviço Médico-Odontológico do IFPA para homologação.

Caberá à Coordenação do Curso emitir parecer acerca do direito do estudante à segunda chamada, enquadrado nas situações estabelecidas nos incisos de I a VIII.

No caso do pedido ser deferido, caberá à Coordenação de Curso, comunicar o(s) professor(es) e a do direito do estudante em realizar a segunda chamada das verificações de aprendizagem.

Em casos não previstos nos incisos I a VII, caberá à Coordenação do Curso emitir parecer acerca do direito do estudante à segunda chamada.

O professor, no decorrer do processo educativo, promoverá meios para a recuperação da aprendizagem dos estudantes.

Ao professor compete divulgar, aos seus alunos, o resultado de cada avaliação antes da avaliação seguinte. O estudante terá direito à revisão da avaliação, através de requerimento à Coordenação do Curso, no prazo de até 02 dias úteis após a divulgação do resultado.

Cabe ao Colegiado de Curso criar uma comissão com a seguinte composição: a) Coordenador (a) do Curso; b) professor da disciplina ou competência; e, c) outro professor da área de conhecimento da referida disciplina ou competência.

Após a emissão do parecer da Comissão a Coordenação do Curso encaminhará o processo à Secretaria Acadêmica do Campus, para dar ciência ao requerente.

O desempenho acadêmico do estudante será expresso no Diário de Classe e no sistema de gerenciamento acadêmico. O Diário de Classe é um instrumento que compreende o registro do desempenho dos estudantes na realização dos trabalhos, em cada disciplina ou competência, durante a etapa do curso.

Os registros do desempenho e da frequência do estudante, no Sistema de Gerenciamento Acadêmico, são de responsabilidade do professor no componente



curricular ministrado, ao final de cada período bimestral de culminância da avaliação da aprendizagem, conforme estabelecido no calendário Acadêmico do Campus. Cabe ao docente cumprir, além desta, outras obrigações previstas no Regulamento Didático de Ensino/2023.

O Sistema de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas deverá disponibilizar ao professor para verificação e retificação, quando necessária, relatório com as notas dos discentes em cada disciplina ou competência.

Após verificação, o professor deverá, caso necessário, retificar as notas no Sistema de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas, no período máximo de 2 (dois) dias úteis.

Após a devolução do relatório é vedada a alteração da nota final da unidade, salvo disposição legal em contrário.

O sistema de gerenciamento acadêmico gerará o mapa com o resultado final contendo a carga horária total desenvolvida no período letivo, a nota final dos estudantes em cada componente curricular, o percentual de frequência e a respectiva condição de competência obtida no período letivo, assim definido: a) Aprovado (AP); b) Reprovado por Nota/Conceito (RPC) c) Reprovado por falta (RF); d) Aproveitado (AE); e) Dispensado (DI).

Além disso, o sistema de gerenciamento acadêmico também gerará o status de matrícula do estudante, assim definido: a) Em Curso (EC), b) Evadido (EV), c) Trancado (TR), d) Transferido (TF), e) Falecido (FA) e f) Desistente (DE).

A frequência obrigatória adotada no IFPA é de no mínimo 75% do total da carga horária de cada componente curricular.

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Segundo o Regulamento Didático-Pedagógico de 2023 no artigo 323 diz que “o estudante poderá solicitar aproveitamento de estudos já realizados ou certificação de conhecimentos adquiridos por meio de experiências vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, a fim de integralizar componente(s) integrante(s) da matriz curricular do curso ao qual se encontra vinculado”.



No parágrafo primeiro diz que o estudante poderá integralizar componente curricular por meio de aproveitamento de estudos ou certificação de conhecimentos, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da carga horária da matriz curricular do curso.

Para prosseguimento de estudos, o IFPA poderá promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, e que tenham sido desenvolvidos:

- Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

O estudante deverá solicitar aproveitamento de estudos, via processo, conforme período previsto no Calendário Acadêmico do campus, à Direção de Ensino do Campus, que encaminhará para análise e parecer da Coordenação do Curso. O referido requerimento deverá ser acompanhado das cópias dos seguintes documentos devidamente e assinados pela instituição de origem do requerente:

- I) Histórico escolar;
- II) Programas ou ementário de disciplinas cursadas; e
- III) Documento que comprove a autorização de funcionamento ou o reconhecimento do curso de origem, apenas para cursos superiores de graduação.

Será concedido o aproveitamento de estudos para fins de integralização de componente curricular quando, cumulativamente:

- I) A carga horária do componente curricular cursado for igual ou maior que a carga horária do componente integrante da matriz curricular do curso no IFPA;
- II) O estudante tenha cursado o componente curricular com aprovação em outro curso de mesmo nível de ensino ou de nível superior ao do curso no IFPA;



III) O perfil formativo do componente curricular do curso no IFPA estiver expresso no ementário do componente já cursado na outra instituição.

IV) Ter cursado o componente curricular num prazo máximo de 10 (dez) anos, decorridos entre o final do período letivo em que o componente curricular foi cursado e a data do protocolo do requerimento de aproveitamento de estudos no IFPA

A análise da equivalência de estudos entre matrizes curriculares será realizada pelo Colegiado de Curso, que emitirá parecer sobre a matéria.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

De acordo com o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (2023, p.15),

As ações de regulação, avaliação e supervisão dos cursos do IFPA serão de competência da Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Políticas de Ensino e Educação do Campo e suas Coordenações Gerais, em articulação com os Núcleos Docentes Estruturantes e Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Campus e os Colegiados de Cursos.

Além disso, a Coordenação de Curso, em conjunto com a Assessoria Pedagógica do Campus, procederá semestral e/ou anualmente a avaliação do Curso a partir de uma ficha individual considerando os seguintes itens:

- a) discente, considerando sua autoavaliação no processo de aprendizagem;
- b) docente, considerando seu desempenho didático-pedagógico no desenvolvimento da disciplina ministrada;
- c) serviços prestados pelos técnicos administrativos no atendimento ao público e demais atividades do curso;
- d) aspectos físicos da Instituição no atendimento às necessidades básicas para que o alunado permaneça no decorrer do curso;
- e) coordenação do curso objetivando a melhoria dos procedimentos didático-pedagógicos utilizados no curso.

Os resultados destas análises crítica e consensual serão parte integrante de proposições e implementações de novas atividades pedagógicas relevantes ao processo de ensino-aprendizagem e possibilitará a detecção de pontos de deficiência ou de discordância com os objetivos do curso.



18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A necessidade da avaliação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio é fator relevante para o alcance da qualidade de ensino ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), conduz as ações pensadas e desenvolvidas na Educação Profissional Básica, bem como no ensino superior, realizando a análise junto a toda comunidade acadêmica sobre a concretização das ações educativas, objetivando realinhá-las. Integrará as análises de acompanhamento de avaliação dos cursos, a socialização de situações discutidas no Conselho de Classe e do Colegiado do Curso.

Desta maneira, a avaliação promovida pela CPA pressupõe verificar até que ponto e em que medida este processo está, de fato, ocorrendo, visando atender aos princípios de qualidade no processo de ensino do Instituto, sendo vista como um instrumento útil para a tomada de decisões, no sentido de correção ou confirmação de rumos e assim, contribuir para o autoconhecimento da organização, fornecendo subsídios para os cursos reprogramarem e aperfeiçoarem seus projetos pedagógicos e assim, obter melhorias no processo de ensino.

19. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

Os quadros a seguir apresentam a descrição, respectivamente, do corpo docente e do corpo técnico-administrativo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

Quadro 5 - Corpo docente do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

NOME	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS NO CURSO	REGIME
Cleber Monteiro Cruz	Graduação em Licenciatura Plena Em Ciências Biológicas / Mestre em Neurociência e Biologia Celular	Doenças e Medicina do Trabalho / Projeto Integrador II	DE



Fabio Bruno Pinheiro do Nascimento	-	Administração em Segurança no Trabalho	DE
Fernando Antônio de Sousa Ribeiro	Graduação em Engenharia Mecânica / Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho	Segurança no Trânsito / Técnica e Prevenção de Combate a Sinistros / Normalização e Legislação Aplicada / Higiene do Trabalho / Primeiros Socorros / Segurança em Máquinas e Equipamentos / Projeto Integrador II	DE
Fábio Henrique Marinho Cabral	Graduação em licenciatura plena em Matemática / Mestrado em Matemática - Profmat	Estatística e Informática Básica / Administração em Segurança do Trabalho / Projeto Integrador II	DE
Ruth Helem Dias de Vilhena	-	Metodologia Científica Aplicada Projeto Integrador I	DE
Kazuo de Almeida Kamizono	Mestre Engenharia Mecânica / Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho	Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho / Desenho Técnico / Normalização e Legislação Aplicada / Higiene do Trabalho / Princípios de Tecnologia Industrial / Segurança em Máquinas e Equipamentos / Projeto Integrador II	DE
Sueli de Lima Pereira	Mestra em Saneamento Ambiental / Especialização em	Introdução a Higiene e Segurança do	DE



	Gestão Ambiental / Engenharia de Segurança do Trabalho / Docência para a Educação Profissional	Trabalho / Gestão Ambiental / Projeto Integrador II / Sistema de Gestão Integrada / Prevenção e controle de perdas e riscos	
Natanael Chales da Silva	Licenciatura em Ciências Biológicas Mestrado em Ensino de Biologia (UFPA) Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática	Biossegurança / Projeto Integrador I / Projeto Integrador II	DE
Luís Ricardo Ravagnani	Graduação em Ciências Sociais / Mestre em Ciências Sociais - Antropologia	Sociologia do Trabalho / Projeto Integrador II / Metodologia Científica Aplicada	DE
Edvilson Filho Torres Lima	-	Produção de Texto	DE

Quadro 6 - Corpo técnico-administrativo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio do IFPA campus Abaetetuba

NOME	TITULAÇÃO	REGIME
Andréa Fernanda Ferreira Quaresma	Especialização em Educação Especial / Mestrado Profissional em Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica	40 h
Aline Gonçalves Batista da Silva	Especialista em EAD e Tecnologias Educacionais / Mestrado em Políticas Públicas	40 h
Ana Maria Rodrigues e Rodrigues	Pós-graduação em Gestão Pública	40 h
Bruno Maués da Silva	Graduação em Ciências Biológicas/ Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia	40 h
Cristian Wellem Ferreira Dias	Especialização em Física	40 h
Elcir Nunes Corrêa	Especialização em Psicopedagogia	40 h



Giovana Parente Negrão	Especialização em Educação Especial	40 h
Graça Elda Vasconcelos	Espec. em Pedagogia e Psicologia Centrada na Pessoa	40 h
Gleiciane Pereira Ribamar	Tecnologia Gestão e Produção de Eventos Culturais	40h
Helder Daniel de Azevedo Dias	Especialista em Gestão Pública	40 h
Isa Costa Pantoja	Ensino Médio	40 h
Joelma Carvalho Pereira	Graduação em Ciências Naturais	40 h
Josias Baía Rodrigues	Técnico em Informática (Aperfeiçoamento - nível médio)	40 h
Júlio Ernest Benedito Farias Calliari Baía	Especialização em Engenharia Civil	40 h
Luciana Bezerra Farias Kamizono	Especialista em Design Gráfico	40 h
Malena Cristina Rocha Texeira	Especialização em Administração de Biblioteca	40 h
Marinete Sardinha Loureiro	Graduação em Ciências Biológicas	40 h
Nilzete do Socorro Ferreira da Silva	Especialização em Desenvolvimento Regional	40 h
Raimundo Clarindo de Melo Machado	Especialização em Desenvolvimento para Web	40 h
Thiago Rodrigues e Rodrigues	Graduação em Educação Física	40 h
Zacarias Lobato Gonçalves	Especialização em Educação de Jovens e Adultos	40 h

20. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O curso técnico em Segurança do Trabalho conta atualmente com a infraestrutura física e os recursos materiais apresentados abaixo. Há um laboratório de segurança do trabalho (LAST) utilizado exclusivamente pelos docentes e discentes do curso. Assim, temos os instrumentos e equipamentos de medição, assim como os materiais de consumo para as aulas práticas em um espaço fixo no campus. Cabe ressaltar que o laboratório de segurança possui também um manequim simulador médico, cones, epis como botas, luvas, cinto de segurança, cordas, instrumentos diversos, extintores para treinamento, atendendo assim aos requisitos de infraestrutura mínima do CCNT 2013,

Biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado
Laboratório de informática com programas específicos
Laboratório de higiene ocupacional e ergonomia
Laboratório de equipamentos de proteção individual
Laboratório de suporte básico à vida



Laboratório de proteção contra incêndios

Quadro 7 - Infraestrutura Física do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
01	Área de Convivência/ Lazer	01
02	Quadra de Esporte/Ginásio Coberto	01
03	Auditório	01
04	Banheiros	10
05	Vestiário	01
06	Biblioteca/Sala de Leitura/computação	01
07	Ambientes Administrativos	17
08	Laboratórios de Informática	05
09	Salas de aula	12
10	Sala de Coordenação de Curso	01
11	Sala de Professores	01
12	Refeitório/Restaurante	01
13	Almoxarifado	01
14	Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE).	01
15	Laboratório de Biodiversidade e Conservação (LABICON)	01
16	Laboratório de Processos Físico-Químico e Biológicos (LAFBIO).	01
17	Laboratório de Biologia Molecular, Evolução e Microbiologia (LABEM).	01
18	Laboratório da Ictiofauna da Amazônia (LABICAM).	01
19	Laboratório e Sistemas Experimentais em Saneamento (LAESA).	01
20	Laboratório de Meio Ambiente (LABMA).	01
21	Laboratório de Física e Matemática (LAFIMA).	01
22	Laboratório de Materiais - Mecânica (LABMEC).	01
23	Laboratório de Materiais - Sistemas Experimentais em Construção Civil (LAMACC).	01
24	Laboratório e Almoxarifado de Segurança do Trabalho (LAST).	01
25	Almoxarifado Integrado de Produto Químico e Insumos (ALIQI).	01
26	Centro de Tecnologia em Ciências Humanas e Sociais (CETECHS).	01
27	Laboratório de Experimentações Artísticas (LAERT).	01
28	Laboratório de Tecnologia em Recursos Pesqueiros PESCA	01
29	Núcleo de esporte e Lazer (NEL).	01
30	Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Climáticos (LAGECLIM)	01
31	Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE	01

Quadro 8 - Equipamentos IFPA – Campus Abaetetuba

Hardware	
Quantidade	Descrição
200	Computadores
10	Impressoras



21. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM PESQUISA E A EXTENSÃO

O curso técnico em Segurança do Trabalho apresenta estreita relação com a realidade, o que significa dizer que as problemáticas nele levantadas deverão, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados na região. Além disso, com o advento dos Institutos, a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2010, art. 6, itens VII e VIII, é sine qua non a realização de pesquisa e extensão, de caráter educacional e social.

Nos últimos anos, o IFPA Campus Abaetetuba vem desenvolvendo várias atividades de pesquisas e extensão, tanto no seu espaço físico, como na comunidade externa. Estas atividades apresentam forte tendência de consolidação, dado a qualificação do quadro técnico e docente da Instituição e as ações de incentivos às práticas de pesquisa e extensão coordenadas pelo IFPA Campus Abaetetuba, a exemplo dos Editais anuais de fomento à pesquisa e extensão, e o fortalecimento dos grupos de pesquisa do Campus, os quais se encontram devidamente cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De acordo com o Estatuto do IFPA de agosto de 2009 em seu artigo 31 descreve que as ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre IF e a sociedade.

O IFPA por meio do que está prescrito no estatuto tem como base para suas ações de extensão os Macroprocessos de extensão que são:

- Projeto de empreendedorismo e Cooperativismo
- Projetos Tecnológicos
- Projetos Sociais voltados a geração de emprego e renda
- Prestação de serviços à comunidade interna e externa
- Visitas Técnicas e gerenciais
- Cursos de extensão
- Projetos Culturais, artísticos e esportivos



No IFPA Campus Abaetetuba busca-se através das ações de ensino e pesquisa articular as ações de extensão em consonância com as disciplinas prescritas no PPC de cada curso visando aprimorar os ensinamentos do discente perante a sociedade e o mundo do trabalho. Essas ações podem ser computadas como carga horária complementar levando em consideração as devidas particularidades de cada ação que devem ser avaliadas pela Diretoria de Ensino ou as coordenações de Ensino, Extensão ou, quando for o caso, a coordenação de Estágio.

A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão se tornam necessária tendo como fundamento base a necessidade de garantir a permanência com sucesso dos educandos no processo ensino – aprendizagem, bem com permitir que o fazer metodológico se aproprie e edifique a interdisciplinaridade e a integração do conhecimento e do saber tomando como centro do processo a leitura da realidade.

Partindo desta premissa, tomamos como locus no processo de indissociabilidade os seguintes lugares:

A aula: como lugar do aprendizado mediado pela docência. Cabe neste processo dialogar sobre a realidade com o conhecimento disciplinar.

22. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Sendo a educação brasileira um direito constitucional, comprometida com a formação integral do sujeito, faz-se necessária a inclusão de políticas estudantis nas escolas públicas. Nesse contexto de surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 7.234/2010. A Política da Assistência Estudantil, de que trata o referido Decreto, busca garantir ao estudante em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica a permanência no curso e a melhoria do seu desempenho acadêmico. O objetivo do Plano é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O PNAES rege-se pelos seguintes princípios:

- I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) a gratuidade do ensino;
- III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES.



- IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

No IFPA/ Campus Abaetetuba a implementação e afirmação dessa política se dá através da equipe interdisciplinar da Coordenação de Assistência Estudantil do Campus-CAE, e de parcerias firmadas com outros setores do campus e de órgãos e instituições presentes no município. Visando assim, uma política educacional mais inclusiva, através da garantia do atendimento as necessidades básicas estudantis, como: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico.

A educação inclusiva remete-nos à reflexão e construção de atitudes de respeito à diversidade, de promoção da cidadania através da efetivação de políticas públicas promotoras de educação de qualidade para todos. Nesse sentido, o IFPA – Campus Abaetetuba, vem trabalhando de forma a criar tais possibilidades. Para isso, procura instrumentalizar sua gestão nos princípios éticos, políticos e filosóficos que norteiam os dispositivos legais da Educação Inclusiva fundamentando-se na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394/96, no Plano Nacional de Educação-PNE, Lei nº10.172/2001 e na Política Nacional de Educação Especial/2008, no Decreto nº3.298/99 e nas Resoluções CNE/CEB nº2/2001 e nº01/2002, entre outros “que estabelecem normas para a educação de pessoas com necessidades especiais” considerando-se como tal aquelas que apresentam impedimento de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial, que em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

O IFPA Campus Abaetetuba na oferta da educação tem o compromisso e o desafio de efetivar ações que atendam às necessidades reais de suas demandas educacionais, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos. Estas



ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, (cabe ressaltar que o novo prédio do IFPA Campus Abaetetuba foi construído dentro de parâmetros arquitetônicos que atendem acessibilidade de pessoas com necessidades especiais de acordo com a NBR 9050), dos sistemas de comunicações e informação, da ampliação e do fortalecimento de implementação de tecnologias assistivas, do incentivo e apoio na realização de eventos pedagógico-científicos voltados para a educação inclusiva, da efetivação de parceria com entidades e instituições públicas e privadas voltada a ações inclusivas, do desenvolvimento de política de formação continuada aos docentes, da instrumentalização de materiais didáticos pedagógicos que devem ser disponibilizados nos processos para o ingresso do discente e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Além disso, o IFPA Campus Abaetetuba já possui o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), com um corpo técnico composto por Especialistas em Educação Especial, Psicopedagogia e Professor de LIBRAS, os quais vêm buscando implementar no Campus ações de inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEEs), tendo um olhar direcionado para a Pessoa Surda que, por ter a LIBRAS como L1, e não a Língua majoritária do País, Língua Portuguesa, precisa estar incluídas em instituições bilíngues e biculturais.

Também deve-se colocar em prática o que preconiza a Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008 que alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e traz o seguinte texto:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”.



A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira e Indígena como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros e índios são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros e indígenas brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Com relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário e é obrigatório para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

O advento da Lei nº 11.645/2008 que promulga a obrigatoriedade sobre história e culturas indígenas nas escolas públicas nos níveis da educação básica, é uma novidade para os sistemas de ensino no Brasil. A reparação histórica e cultural requer um intenso debate, discussões e reflexões, tanto na cultura brasileira quanto nos contextos acadêmicos, enfatizando a valorização da contribuição indígena. Dito isso, fica evidente a urgência social bem como a obrigatoriedade para com o trato dessas temáticas em todos os níveis da educação básica. Debater sobre as questões africanas e Indígenas e sobre a situação da população negra e indígena no Brasil é assumir antes de tudo que nossa sociedade possui uma importância ainda maior dentro de cenário se comparada a outras nações, pois aqui esta herança da África e origem indígena está mais presente, porém menos valorizada.

Na questão racial constatar que as discrepâncias sociais saltam aos olhos não é suficiente para superação dessa realidade, sendo que os mais necessitados no Brasil, muitas vezes, descendem da herança africana, sendo estes também os mais vulneráveis aos ataques racistas das mais variadas fontes e vertentes (racismo religioso, racismo institucional...). Logo, debater, problematizar e inserir nos conteúdos escolares História e Cultura Afro-Brasileira e africanas é um dever de todo educador e educadora que carrega consigo a responsabilidade social de emancipação e empoderamento da população negra no Brasil.

No que concerne de maneira geral ao IFPA/Campus Abaetetuba e especificamente ao presente curso; todos, coordenação e docentes, os envolvidos na



construção e execução do mesmo tem o compromisso firmado em contribuir para a ampliação das discussões relativas às questões étnico-raciais e indígenas, fundamentais para toda a comunidade cumprindo o previsto na legislação supracitada que certamente irão reverberar em todos os seus níveis de atuação, fato que significa fortalecer a reconstrução de uma imagem positiva do continente africano e, conseqüentemente, dos afrodescendentes e população indígena.

Ademais, acreditamos ser fundamental propiciar diálogos entre docentes, discentes e técnicos administrativos com o já institucionalizado NEABI – IFPA/Campus Abaetetuba, fomentando assim o espírito crítico e dialógico e estimulando a participação de todos em tão relevante discussão com o intuito de pensar estratégias e construir espaços de resistência e combate à quaisquer pensamentos preconceituosos, discriminatório e/ou racistas.

23. DIPLOMAÇÃO

O estudante do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, após integralizar todos os Componentes Curriculares estabelecidos neste Plano de Curso será diplomado por este IFPA – Campus Abaetetuba, com a formação de Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

O discente ao solicitar a emissão de Diploma deverá preencher formulário próprio, anexados com cópias autenticadas com os seguintes documentos: a) histórico Escolar e Certificado de conclusão do Ensino Médio (cópia); b) Documento de identificação oficial com foto (cópia) e CPF.

A solicitação de emissão de Diploma deverá ser feita no setor de protocolo do IFPA Campus Abaetetuba. O discente deverá concluir o curso no prazo mínimo de 1,5 ano (1 ano e meio) e máximo de 3 anos (três anos).

24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20/06/2023.



COLETA, J. A. D. **Acidentes de trabalho: fator humano, contribuições da psicologia do trabalho atividades de prevenção**. São Paulo: Atlas, 1991.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 (*) Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos Disponível em <https://prograd.ufg.br/up/90/o/rcp001_12.pdf>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012 (*) Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em 20/06/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS, Edição 2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: 2006. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>> Acesso em 20/06/2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.037/2009 de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Senado Federal, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.795/99 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 20/06/2023.



_____. Presidência da República. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Lei nº 10.741 de 1 de outubro de /2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do Art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do Art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2010. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Lei no 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 20/06/2023.

_____. Presidência da República. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no



5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22>. Acesso em 20/06/2023.

IFPA. Conselho Superior. Resolução CONSUP nº 912, de 20/12/2022. Estabelece os procedimentos a serem adotados autorização de criação de cursos, aprovação, atualização, ou aditamento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

IFPA. Conselho Superior. Resolução CONSUP nº 945 de 08/03/2023. Aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará.

25. LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Abaetetuba no contexto dos municípios que compõem a microrregião de Cametá.3

26. LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do 1º semestre.....	11
Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do 2º semestre.....	12
Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do 3º semestre.....	12
Quadro 4 - Resumo da Carga Horária.....	13
Quadro 5 - Corpo docente do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.....	51
Quadro 6 - Corpo técnico-administrativo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio do IFPA campus Abaetetuba	53
Quadro 7 - Infraestrutura Física do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.	55
Quadro 8 - Equipamentos IFPA – Campus Abaetetuba	55